

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.735 - CE (2019/0346230-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : VERIDIANO RABELO CABRAL JUNIOR (PRESO)
RECORRENTE : JOVANNY RODRIGUES PINHEIRO
RECORRENTE : JOSE NOBRE DO NASCIMENTO FILHO
ADVOGADOS : FRANCISCO CLÁUDIO BEZERRA DE QUEIROZ - CE008023
STELIO LOPES MENDONÇA JUNIOR - CE007175
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por VERIDIANO RABELO CABRAL JUNIOR, JOVANNY RODRIGUES PINHEIRO e JOSE NOBRE DO NASCIMENTO FILHO contra acórdão proferido pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0627964-13.2019.8.06.0000.

Noticiam os autos que os recorrentes foram presos preventivamente e denunciados como incurso nos artigos 2º, §§ 2º e 3º, da Lei 12.850/2013, 121, § 2º, incisos V e VII, combinado com os artigos 29 e 14, inciso II, 121, § 2º, incisos V e VII, combinado com os artigos 29 e 14, inciso I, 148, 157, § 2º, incisos I, II e V, e 311, todos do Código Penal.

Buscando a revogação da custódia, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os advogados subscritores das razões recursais que não haveria provas de autoria em desfavor dos réus.

Aduzem que após a instrução processual diversos fatos e novas provas teriam surgido, tornando insubsistentes as razões expeditas nos decretos prisionais primitivos.

Alegam que tais elementos de convicção estariam presentes nos autos, tratando-se de prova pré-constituída que deveria ter sido examinada pela Corte de origem.

Salientam que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requerem, liminarmente e no mérito, que os recorrentes sejam colocados em liberdade, mediante ou não a imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Não obstante os relevantes argumentos expostos na irresignação, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do inconformismo, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou que "*a alegativa de que os pacientes não seria autores dos fatos investigados, com base em 'fato novo' não deve ser conhecida uma vez que a matéria não é própria de habeas corpus*", assentando que "*a dilação probatória necessária para o acolhimento desse pleito não é tolerada neste procedimento*" (e-STJ fl. 1688).

Afirmou que "os impetrantes ao indicar que os pacientes VERIDIANO RABELO CABRAL JÚNIOR e JOSÉ NOBRE DO NASCIMENTO, não estariam na data do crime em Quixadá e sim em Fortaleza, bem como, a análise de laudos e de depoimento de testemunha e oitiva do corréu na fase inquisitorial, onde não confirmaram a participação deste, exige dilação probatória complexa e intromissão indevida no mérito da ação penal, impossível de acolhimento na presente impetração" (e-STJ fl. 1688).

Ressaltou que, "ao contrário do que defendem os impetrantes, o juízo a quo amparou a manutenção da prisão preventiva dos pacientes na gravidade concreta dos delitos, pois tratam-se da apuração de crimes de homicídios tentados e consumados contra policiais militares do município de Quixadá/CE, sequestros, roubos, adulteração de sinal identificador de veículo automotor, assaltos a agências bancárias e carros-fortes e organização criminosa, destacando, ainda, o juízo coator que não houve mudança no contexto fático a ponto de fazer cessar os requisitos da prisão cautelar" (e-STJ fl. 1691).

Sublinhou que "o juízo a quo, destacou além da gravidade concreta do delitos imputados aos pacientes, a evasão do distrito da culpa, ficando claro a necessidade da manutenção da prisão cautelar para garantir a ordem pública, dada as circunstâncias do caso, o que é motivo idôneo a amparar a prisão preventiva" (e-STJ fls. 1690/1691).

Frisou que este Relator, "em 30 de outubro de 2018, julgou monocraticamente o RHC nº 92.239-CE (2017/0307755- 9), que, entre outras, alegou ausência de fundamentação da prisão preventiva dos pacientes VERIDIANO RABELO CABRAL JUNIOR e JOSE NOBRE DO NASCIMENTO FILHO, entendendo o Ministro por negar provimento ao recurso, considerando não haver constrangimento ilegal na prisão preventiva" (e-STJ fl. 1692).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Em arremate, é imperioso destacar que a legalidade da prisão dos recorrentes VERIDIANO RABELO CABRAL JUNIOR e JOSE NOBRE DO NASCIMENTO FILHO já foi atestada por este Sodalício no julgamento do RHC n. 92.239/CE, o que reforça a ausência de plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara da comarca de Quixadá/CE, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional dos recorrentes e ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao respectivo processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator